



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638538 - SP (2021/0001094-4)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FERNANDO SOARES TOLOMEI - SP315005
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CHARLES CASCIANO DE ARAUJO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CHARLES CASCIANO DE ARAUJO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Processo n. 0009136-35.2020.8.26.0482).

O paciente cumpre penas que somam 15 anos, 8 meses e 19 dias de reclusão, pela prática de dois crimes de roubo majorado e um delito de furto qualificado, com término de cumprimento de pena previsto para 23/3/2028.

O impetrante sustenta que o paciente preenche os requisitos legais necessários à concessão do livramento condicional, pois ostenta bom comportamento carcerário e conta com exame criminológico favorável. Ressalta que a decisão do Tribunal carece de fundamentação idônea, não se exigindo para a obtenção da benesse a prévia passagem no regime intermediário.

Requer a concessão do livramento condicional diante do preenchimento dos requisitos legais.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Além disso, o TJSP no acórdão consignou o seguinte:

Contudo, entendeu o MM. Juízo *a quo* pelo preenchimento do requisito subjetivo, tão somente, no que se refere à progressão de regime, uma vez que “(...) o apenado possui histórico desfavorável à imediata

liberdade, ainda que condicional, sobretudo considerando que cumpre pena por crimes graves, praticados com violência ou grave ameaça contra a pessoa (roubos), revelando-se tratar de pessoa perigosa e nociva à sociedade. Além disso, registra a prática de novos delitos no curso de regime aberto antes concedido (execuções 02 e 03) e faltas disciplinares de natureza grave durante o cumprimento de penas (fls. 03/09), sendo recomendável a manutenção de sua segregação por maior período e tempo, visando a necessária e adequada reeducação penal para, posteriormente, fazer jus à liberdade condicional.” (fls. 52). Nesse diapasão, não se pode falar que a sentença apresenta fundamentação inidônea, pois os motivos pelos quais o douto Magistrado indeferiu o pedido de livramento condicional ao reeducando são plausíveis, eis que entendeu não estar preenchido o requisito subjetivo necessário à concessão da benesse de maior amplitude até que demonstre que está absorvendo a terapêutica prisional e de ressocialização da LEP, passando, antes, pelo regime intermediário. [...]
”

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente